



DIREITO ADMINISTRATIVO

 **Estratégia**
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO ADMINISTRATIVO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

O Município de Santa Aurora, por intermédio de sua Secretaria Municipal de Saúde, constatou, no início do mês de março de 2026, que o contrato administrativo destinado ao fornecimento de medicamentos essenciais para a rede municipal de saúde estava próximo do término. O contrato havia sido celebrado no ano anterior, após regular procedimento licitatório, e tinha prazo determinado, sem possibilidade de nova prorrogação.

Apesar de alertada pela equipe técnica da Secretaria de Saúde, a Secretária Municipal Helena Duarte deixou de iniciar, em tempo oportuno, os procedimentos necessários para a realização de nova contratação. Somente quando faltavam 12 dias para o término do contrato, a Secretária determinou a contratação emergencial de uma empresa para garantir o fornecimento dos medicamentos.

Para tanto, o Município realizou contratação direta por dispensa de licitação, com fundamento no Art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, alegando situação emergencial. A empresa escolhida foi a MedNova Distribuidora Hospitalar Ltda., administrada por Rafael Torres, amigo pessoal da Secretária Municipal de Saúde. O processo administrativo de contratação direta, entretanto, não continha estudo técnico preliminar, estimativa de despesa, justificativa de preço, demonstração da compatibilidade orçamentária nem comprovação da qualificação mínima da empresa contratada e não havia nos autos qualquer documento demonstrando a realização de pesquisa de preços.

A empresa MedNova apresentou proposta no valor de R\$ 4.800.000,00, embora documentos obtidos posteriormente demonstrassem que outras empresas do mercado forneciam os mesmos medicamentos por aproximadamente R\$ 3.000.000,00. Mesmo diante dessas circunstâncias, a Secretária Helena autorizou a contratação e determinou o início imediato da execução. O contrato foi celebrado pelo prazo de 18 meses, sob o argumento de que esse período seria necessário para garantir a continuidade do fornecimento até que a Administração pudesse realizar uma nova licitação.

O cidadão Eduardo Martins, brasileiro, eleitor e em pleno gozo de seus direitos políticos, tomou conhecimento dos fatos após obter cópia do processo administrativo por meio de pedido formulado à Administração Municipal. Eduardo verificou que o próprio parecer jurídico constante dos autos havia alertado que a contratação emergencial não poderia ser utilizada para suprir a falta de planejamento administrativo e que o prazo contratual deveria observar os limites legais, mesmo assim, a contratação foi mantida.

Diante disso, Eduardo procura você, na qualidade de advogado(a), para adotar a medida judicial cabível visando impedir a continuidade da contratação irregular, obter a anulação do contrato e buscar o ressarcimento dos prejuízos causados ao patrimônio público. Considerando que Eduardo deseja ajuizar a medida imediatamente, elabore a peça processual adequada, indicando todos os fundamentos jurídicos pertinentes.

Observações: A peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação. [5,00 pontos]

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	

32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	

63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	

94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	

125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Rafael e Camila foram aprovados, no mesmo ano, para cargos efetivos distintos no âmbito da Administração Pública federal. Após adquirirem estabilidade, Rafael foi eleito para o mandato de Vereador no Município em que reside, enquanto Camila foi aprovada em outro concurso público para cargo cuja jornada é compatível com a do cargo que já ocupa. Em razão disso, ambos consultaram você, como advogado(a), para esclarecer as dúvidas a seguir, que devem ser respondidas à luz das disposições constitucionais pertinentes.

A) Rafael poderá exercer o mandato de Vereador e permanecer no cargo efetivo que ocupa, desde que haja compatibilidade de horários? Justifique. (Valor: 0,60)

B) Camila poderá acumular os dois cargos públicos efetivos, em razão da compatibilidade de horários, ainda que não se trate das hipóteses de acumulação expressamente admitidas pela Constituição? Justifique. (Valor: 0,65)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Antes da publicação do decreto de desapropriação, Helena tomou conhecimento de que o Estado Alfa pretende desapropriar imóvel urbano de sua propriedade, localizado em área estratégica do Município Beta, para a construção de uma unidade hospitalar. Diante da possibilidade de intervenção estatal, Helena procura sua assessoria jurídica para esclarecer as dúvidas a seguir.

A) Caso o imóvel seja declarado de utilidade pública, a Administração poderá imitir-se provisoriamente na posse antes do pagamento da indenização? Justifique. (Valor: 0,60)

B) Se houver divergência quanto ao valor da indenização, poderá o proprietário discutir judicialmente, além disso, a existência de eventuais vícios no procedimento expropriatório na própria ação de desapropriação? Justifique. (Valor: 0,65)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

A sociedade Vida Nova S/A, de capital integralmente privado, venceu licitação e celebrou contrato de concessão para exploração do serviço público de transporte coletivo municipal, remunerado exclusivamente por tarifa. Durante a concessão, dificuldades financeiras comprometeram a continuidade e a qualidade do serviço, levando a concessionária a cogitar sua interrupção temporária. Paralelamente, o Poder Concedente identificou a necessidade de alterar as condições de prestação do serviço para adequá-lo ao interesse público. Diante dessa situação responda aos questionamentos a seguir.

A) A concessionária pode interromper unilateralmente a prestação do serviço público em razão de dificuldades financeiras? Justifique. (Valor: 0,65)

B) O Poder Concedente pode alterar unilateralmente as condições do contrato para adequar a prestação do serviço às exigências do interesse público? Justifique. (Valor: 0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

A) É possível a contratação direta do profissional, sem licitação, diante das características do serviço e de sua notória especialização? Justifique. (Valor: 0,65)

B) A contratação direta pretendida deverá ser submetida previamente à análise do órgão de assessoramento jurídico do Município? Justifique. (Valor: 0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

